



FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 02 de setembro de 2010.

**ILMO. SR. ALVYR PEREIRA DE LIMA JUNIOR
M.D. SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PARANÁ**

SRTE/CURITIBA-PR

O SECRETÁRIO DE NEGOCIAÇÕES COLETIVAS E JURÍDICAS DA FETROPAR através de seu membro ao final assinado, nos termos do artigo 5º. Inc. XXXIV alínea "a" da Constituição Federal e do Artigo 614 e parágrafos da Consolidação das Leis do Trabalho CLT, vem requerer, para fins de registro e arquivo, o depósito de 01 (uma) via do Acordo Coletivo de Trabalho 2010/2011, com vigência a partir de 01 de maio de 2010 a 30 de abril de 2011, firmada em 02 de agosto de 2010, entre FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO PARANÁ – **FETROPASSEIROS** – CNPJ: 01.665.570/0001-63 Código entidade: 008.512.00000-5 – Presidente: Ronaldo José da Silva – CPF: 240.343.209-15; SINDICATO DOS MOTORISTAS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS, PASSAGEIROS URBANOS, MOTORISTAS, COBRADORES, DE LINHAS INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL DE TURISMO E ANEXOS DE MARINGÁ – **SINTTROMAR**, CNPJ: 79.147.450/0001-61, Código entidade: 008.512.88229-6, Presidente: Ronaldo José da Silva, CPF: 240.343.209-15; **SINTRAU** – CNPJ: 80.891.708/0001-19. Código entidade: 008.241.88354-2, Presidente da Junta Governativa: Hailton Gonçalves – CPF: 019.715.599-54 e do outro lado a **INGÁ TURISMO E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 75.769.265/0001-58, com sede em Maringá/Pr, por seu Procurador Sr. Armando Roberto Jacomelli, CPF: 017.530.808-00.

Termos em que,
Pede deferimento.

José Aparecido Faleiros

SECRETÁRIO DE NEGOCIAÇÕES COLETIVAS E JURÍDICAS DA FETROPAR

NUDPRO/DRT-PR
46212.012231/2010-51
/2010
02 SET 2010



ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2010 / 2011

Acordo Coletivo de Trabalho, (Art. 7º, XXVI da CF), que entre si fazem:

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO PARANÁ – FETROPASSEIROS – CNPJ: 01.665.570/0001-63, CÓDIGO DA ENTIDADE: 008.512.00000-5 – PRESIDENTE: Sr. RONALDO JOSÉ DA SILVA, CPF: 240.343.209-15.

SINDICATO DOS MOTORISTAS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS, PASSAGEIROS URBANOS, MOTORISTAS, COBRADORES DE LINHAS INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E DE TURISMO E ANEXOS DE MARINGÁ – SINTTROMAR – CNPJ 79.147.450/0001-61, Código da entidade: 008.512.88229-6 – PRESIDENTE: Sr. RONALDO JOSÉ DA SILVA, CPF: 240.343.209-15;

SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E ANEXO DE UMUARAMA – SINTRAU – CNPJ 80.891.708/0001-19, Código da entidade: 08.241.88354-2, Presidente: Sr. HAILTON GONÇALVES, CPF: 019715599-54

Entidades sindicais aqui representadas pelos seus respectivos

Presidentes e:

INGÁ TURISMO E SERVIÇOS LTDA, empresa de ônibus concessionária dos serviços de transporte coletivo rodoviário, intermunicipal e de turismo, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 75.769.265/0001-58, com sede nesta cidade de Maringá – Pr, aqui devidamente representada pelo seu Procurador, Sr. Armando Roberto Jacomelli, CPF nº 017.530.808-00, doravante denominada **EMPRESA**, cujas condições e termos reger-se-ão pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – ABRANGÊNCIA E VIGÊNCIA

O presente acordo coletivo de trabalho é celebrado nos termos do artigo 613 da CLT e do artigo 7º, inciso XXVI da Constituição Federal, e abrange todos os empregados da empresa, inclusive os admitidos após o início de sua vigência, integrantes da categoria profissional, associados ou não, e terá duração de 12 (doze) meses, com início em 01 de maio de 2010 e término em 30 de abril de 2011.

CLÁUSULA SEGUNDA – CESTA BÁSICA

Durante a vigência do presente acordo, a empresa concederá mensalmente a todos os seus empregados, uma cesta básica, que não terá natureza salarial, composta dos seguintes produtos:

- Arroz agulhinha, 10 quilos; - feijão carioca, 04 quilos; - sal refinado, 01 quilo; - farinha de trigo especial, 03 quilos; - açúcar cristal, 05 quilos; - fubá, 01 quilo; - café moído, 500 gramas - farinha de mandioca, 500 gramas; - macarrão sêmola espaguete, 01 quilo; - macarrão sêmola parafuso, 1,5 quilos; extrato de tomate, 02 unidades de 140 gramas cada; - óleo de soja, 05 latas de 900 ml cada; 01 pacote de balas 160g; 01 goiabada de 400g; 01 milho verde, 200g; 01 ervilha, 200g; 01 sardinha em lata, 130g.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O empregado desligado por qualquer motivo, no curso do mês, não terá direito à cesta básica prevista no caput desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregados afastados de suas atividades e com o contrato de trabalho suspenso, por motivo de doença, farão jus ao recebimento da cesta básica prevista no caput desta cláusula, até o limite de 01 (um ano) de afastamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os empregados que estiverem com seus contratos de trabalho suspenso ou interrompido, por motivos não mencionados no parágrafo anterior, não farão jus ao recebimento da cesta básica, prevista no caput desta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA – PISOS SALARIAIS

A partir do mês agosto de 2010, fica garantido piso salarial, aos empregados que exercem as funções de: **Motorista de ônibus, Cobrador, Fiscal, Inspetor de Agências e aos demais empregados de outras funções**, os quais servirão de base para discussão da renovação do presente acordo coletivo:

- Motorista (ônibus de linhas rodoviária intermunicipal, interestadual, metropolitana e fretamento)	R\$ 1.252,00
(um mil, duzentos e cinquenta e dois reais), por mês;	
- Motorista horista	R\$ 5,69
(cinco reais e sessenta e nove centavos), por hora;	
- Cobrador	R\$ 751,00
(setecentos e cinquenta e um reais);	
- Fiscais:	R\$ 740,00
(setecentos e quarenta reais), por mês;	
- Inspetores de agências:	R\$ 853,00
(oitocentos e cinquenta e três reais), por mês;	
- Salário mínimo profissional aos demais empregados de outras funções	R\$ 650,00
(seiscentos e cinquenta reais).	

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aos demais empregados de outras funções, serão garantidos reajustes salariais, a partir de 01 de agosto de 2010, no percentual negociado de **6,50%** (seis inteiros e cinquenta centésimos por cento), sobre o salário contratual vigente em julho de 2009.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A título de Participação nos Resultados, a empresa pagará aos empregados que exerce a função de MOTORISTA DE ÔNIBUS, o valor correspondente a R\$ 231,00 (duzentos e trinta e um reais), no quinto dia útil do mês de agosto de 2010, juntamente com a folha de pagamento do mês de julho de 2010, de forma destacada e sem natureza salarial.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A título de Participação nos Resultados, a empresa pagará aos empregados que recebem piso salarial mínimo equivalente a R\$ 575,00 (quinhentos e setenta e cinco reais), o valor correspondente a R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), no mês de agosto de 2010, juntamente com a folha de pagamento do mês de julho de 2010, de forma destacada e sem natureza salarial.

PARÁGRAFO QUARTO: A título de Participação nos Resultados, a empresa pagará aos demais empregados, não previstos nos parágrafos segundo e terceiro desta cláusula, o valor correspondente ao índice de 19.50% (dezenove inteiros e cinquenta centésimos por cento), calculados sobre o salário contratual do mês de julho de 2009, no quinto dia útil do mês de agosto de 2010, juntamente com a folha de pagamento do mês de julho de 2010, de forma destacada e sem natureza salarial

PARÁGRAFO QUINTO: Os empregados admitidos no período compreendido entre 01/05/10 a 31/07/10, bem como aqueles que se encontraram afastados de suas atividades, parcialmente, no mesmo período, receberão os valores previstos nos parágrafos segundo, terceiro e quarto, desta cláusula, de forma proporcional.

PARÁGRAFO SEXTO: Os empregados afastados ou demitidos no período compreendido entre 01/05/10 a 31/07/10, não farão jus ao recebimento da Participação nos Resultados previstos nos parágrafos segundo, terceiro, quarto e quinto, desta cláusula.

CLÁUSULA QUARTA - POLÍTICA SALARIAL

Caso venha ocorrer alteração na política salarial, que atualmente é a de livre negociação, os salários contratuais previstos na cláusula anterior, nortear-se-ão, pelas regras que vierem a serem estabelecidas.

CLÁUSULA QUINTA – JORNADA DE TRABALHO

A jornada normal de trabalho dos empregados será de 7:20 (sete e vinte) horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ficando acordado que os **Motoristas, exceto aqueles quando em viagem de turismo**, assinalarão seus registros de ponto de acordo com o tempo de trabalho efetivamente realizado nas suas respectivas escalas que serão pré-determinadas, constantes de suas fichas de trabalho externo em veículos de passageiros (art. 74, § 3º da CLT), não sendo considerado como tempo de trabalho efetivo ou à disposição da empregadora, o período de descanso interjornadas ou intrajornadas, ainda que gozando nos alojamentos da empresa, conforme as linhas e roteiros cumpridos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Integrará também a jornada de trabalho do motorista, o tempo que for necessário para o deslocamento entre a Garagem e Terminal Rodoviário (no início da viagem) e entre o Terminal Rodoviário e Garagem (no final da viagem), tempo esse variável de acordo com o trajeto de cada localidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Aos empregados que exercem as funções de motorista e cobrador, quando prestarem serviços nas linhas metropolitanas, não se aplica a regra contida no parágrafo anterior, ficando estabelecido que suas jornadas laborais serão de conformidade com as tabelas de horários das linhas, já de seus prévios conhecimentos, não caracterizando tempo à disposição do empregador a eventual chegada ao local de trabalho, antes do horário constante da referida tabela, uma vez que os ônibus já se encontram limpos, abastecidos e prontos para o início da jornada.

CLÁUSULA SEXTA – JORNADA VARIÁVEL

Em razão das peculiaridades do serviço essencial de transporte coletivo de passageiros, os empregados ficam sujeitos ao cumprimento de jornadas de trabalho variadas, mas antecipadamente avisadas, não se caracterizando, por isso, em qualquer hipótese, a jornada de trabalho de 6 (seis) horas, conforme disposto no art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal.

CLÁUSULA SÉTIMA – ACORDO DE PRORROGAÇÃO/COMPENSAÇÃO DE JORNADA TRABALHO

Fica autorizada no curso do período mensal de anotação do ponto (entre 21 de um mês e 20 do mês seguinte), a celebração concomitante de acordo de prorrogação e de compensação de jornada de trabalho, nos termos do Art. 59 e seu parágrafo 2º da CLT, sem a fixação de horários, face às peculiaridades das atividades desenvolvidas pelos motoristas e demais empregados da área operacional, tudo conforme homologação sindical.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a empresa não faça a compensação integral das horas extras, com a devida diminuição em outro dia, no período de fechamento do cartão de ponto, ou em caso de rescisão de contrato de trabalho, deverá efetuar o pagamento das horas não compensadas, com o devido adicional de 50% (cinquenta por cento).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para os demais empregados, da área de manutenção e administração, a empresa poderá ser dispensada do pagamento das horas extras, se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período de 90 (noventa) dias, a soma das jornadas semanais de trabalho previstas (Lei 9.601/98).

PARÁGRAFO TERCEIRO: Caso a empresa não faça a compensação integral das horas extras, com a devida diminuição em outro dia, no período estabelecido no parágrafo anterior, ou em caso de rescisão de contrato de trabalho, deverá efetuar o pagamento das horas não compensadas, com o devido adicional de 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA OITAVA – FECHAMENTO DE PONTO

Fica estabelecido que o período de anotação do trabalho nos cartões de ponto, para os fins de cálculo das horas extras, adicional noturno, feriados trabalhados e quaisquer outras parcelas salariais variáveis, será do dia 21 de um mês até o dia 20 do mês seguinte, face à necessidade de maior tempo para a elaboração da folha de pagamento.

CLÁUSULA NONA – VIAGEM DE TURISMO

Fica acordado que os empregados que exercem a função de Motorista, quando em viagem de turismo, receberão durante os dias da viagem, 2 (duas) horas extras fixas diárias, face à natureza de suas atividades externas e sem controle de jornadas de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIAGEM EM DUPLA

No caso de ser realizada viagem de turismo em "duplas", ou seja, com dois motoristas, não será considerado como tempo à disposição ou de trabalho o período em que um motorista descansa, enquanto o outro conduz o coletivo, prevalecendo ainda, quanto à jornada de trabalho (às horas extras), o disposto na cláusula anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCAIS

Os funcionários contratados a partir de **01 de maio de 2006**, para exercer a função de **Fiscal**, não estarão sujeitos a controle de jornada diária de trabalho, face à natureza de suas atividades externas, incompatíveis com a fixação de horário de trabalho, nos termos do **Inciso I do artigo 62 da CLT**, devendo tal circunstância estar anotada em suas CTPS e no livro ou fichas de registro dos empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INSPETOR DE AGÊNCIAS

Fica acordado que os empregados que exercem a função de **Inspetor de Agências**, não estarão sujeitos a controle de jornada diária de trabalho, face à natureza de suas atividades externas, incompatíveis com a fixação de horário de trabalho, nos termos do **inciso I do artigo 62 da CLT**, devendo tal circunstância estar anotada em suas CTPS e no livro ou fichas de registro dos empregados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – HORISTAS

As partes pactuam a possibilidade de contratação de funcionários para exercer exclusivamente a função de Motorista, com remuneração por hora trabalhada, de acordo com a necessidade das escalas, em especial nos serviços de fretamento, estabelecendo-se que estas poderão ser inferiores à jornada de 7:20 (sete e vinte) horas diárias, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As partes pactuam jornada mínima aos horistas de 2:00 (duas) horas diárias e 60 (sessenta) horas mensais, já incluído o Repouso Semanal Remunerado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Considerando a possibilidade da prestação de serviços com jornada reduzida, permite-se aos funcionários horistas a existência de outro vínculo empregatício, com outra empresa, desde que em horários não conflitantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A modalidade de contrato por hora, prevista no caput desta cláusula, não se equipara, com outra modalidade já existente, qual seja a de mensalistas, na mesma categoria profissional, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – AMPLIAÇÃO DO INTERVALO

Fica expressamente convencionado na forma do art. 71 caput da CLT, a ampliação do intervalo para descanso intrajornada (repouso ou alimentação) de trabalho em até **5:40** (cinco horas e quarenta minutos), de acordo com a escala de horário de trabalho pré-fixada e de conhecimento antecipado dos empregados, podendo estes usufruírem do tempo de intervalo com ampla liberdade e como melhor convier, não se considerando tempo de trabalho efetivo, nem à disposição do empregador, mesmo se gozado nos alojamentos, ou em quaisquer outras dependências da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO EM RAZÃO DA NATUREZA DA ATIVIDADE

As partes reconhecem e declaram que a natureza da atividade a que se dedica a EMPRESA e envolve os **EMPREGADOS QUE EXERCEM A ATIVIDADE DE MOTORISTA E COBRADOR**, exige condições especiais de trabalho, razão da presente pactuação, obedecendo-se ao seguinte:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em razão dos intervalos estabelecidos pelos órgãos fiscalizadores das concessões e permissões de transportes coletivos, os motoristas e cobradores renunciam ao gozo de intervalo para repouso ou alimentação, que lhes são assegurados por força do disposto no art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, face o seu desejo e conveniência de realizar o trabalho em uma só "pegada" ou sem interrupção, pelo que, por consequência, também isentam a empregadora de remunerar o intervalo não

utilizado, com o acréscimo de que trata o parágrafo 4º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho, introduzido pela Lei nº 8.923, de 27/07/94.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os Motoristas e Cobradores, em viagem de curta duração, poderão usufruir até 03 (três) intervalos intrajornadas, iguais ou superiores a 01 (uma) hora de duração, não computados como sendo de serviço efetivo. Quando os citados intervalos forem menores de 01 (uma) hora serão computados como tempo de serviço efetivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

Nos termos do art. 1º da Portaria Mtb nº 1.120, de 08/11/95, fica permitido a adoção do sistema alternativo de controle de jornada de trabalho, inclusive externa, considerando a existência do sistema automatizado, que contém os horários laborais extraídos das Fichas Diárias de Coletas de Dados, fichas estas preenchidas pelos próprios funcionários. Assim, uma vez assinado pelo empregado, o cartão de ponto gerado pelo sistema informatizado passará a valer para os efeitos de controle de jornada de trabalho e de folha de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Fica estipulada a estabilidade provisória ao empregado que tiver condição jurídica de requerer o benefício previdenciário da aposentadoria, pelo período de 12 (doze) meses, antes de atingir o tempo de serviço para tanto, desde que comprove essa condição e comunique, por escrito e contra-recibo, à empregadora e ao sindicato da categoria profissional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

Nos termos do Artigo 6º da lei 605, de 05 de janeiro de 1949, não será devida a remuneração quando, sem motivo justificado, o empregado não tiver trabalhado durante toda a semana anterior, não cumprindo integralmente o seu horário de trabalho. São motivos justificadores de ausência aqueles definidos no artigo 6º da Lei 605/49, em seus parágrafos primeiro e segundo, bem como a licença paternidade de 5 (cinco) dias corridos, nos termos do artigo 7º, inciso XIX da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – USO DO ALOJAMENTO

A empresa coloca à disposição dos empregados, alojamentos em locais previstos, quando estes se encontrarem fora do local de sua base, sem ônus, destinado ao descanso nos intervalos intrajornadas e nos intervalos entre duas jornadas de trabalho, não se caracterizando tempo de serviço à disposição da empresa a opção de permanência nesses locais, competindo aos empregados que deles se utilizarem, bem como ao empregador, velarem pela higiene e disciplina em tais instalações, de forma a garantir o necessário repouso, devendo assim, os usuários desses alojamentos obedecerem o regulamento interno para sua utilização.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Igualmente, não será considerado tempo à disposição da empresa o período em que os empregados, utilizando ou não o alojamento permanecerem no local no período intrajornada (tempo para repouso ou alimentação), aguardando o retorno à origem na mesma jornada de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Na utilização das acomodações dos alojamentos, os funcionários deverão portar suas roupas de cama (cobertor, lençol, fronha para travesseiro) e demais objetos de higiene pessoal.

5

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ALIMENTAÇÃO

A empresa poderá integrar-se no Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), instituído pelo Governo Federal, ficando estabelecido que a empresa fornecerá aos empregados, fora de seus domicílios de trabalho, quando necessário: café, almoço e jantar, através de convênios, ou fornecidos pela empresa, ficando permitido efetuar descontos nos salários dos empregados beneficiados, no percentual equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o valor do custo da alimentação.

PARÁGRAFO ÚNICO: As partes reconhecem e convencionam que as concessões aqui tratadas não têm qualquer natureza salarial, eis que inexistente cunho contra-pretativo, mas indenizatório à execução do contrato de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – RECRUTAMENTO INTERNO

Na ocorrência de vagas no quadro de empregados, a empresa procurará dar preferência de ocupação entre os seus próprios empregados, com capacidade profissional e que preencham os demais requisitos do cargo, como forma de estímulo e progresso do pessoal já empregado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O critério para seleção dos candidatos será pela capacidade técnica já existente, a assiduidade e o tempo de serviço na empresa.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Antes da efetiva promoção, o funcionário passará por um treinamento na condição de estagiário no novo cargo, sem majoração ou equiparação salarial, para aprimorar a capacidade técnica desejada, cuja duração será de acordo com o desenvolvimento de cada treinando, limitado ao prazo máximo de 06 (seis) meses.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Cumprido o prazo previsto no parágrafo anterior e independente de qualquer aviso antecedente não reunindo as condições exigidas para promoção, será garantido o retorno à função de origem, sem qualquer direito do empregado reclamar diferença salarial ou qualquer outra vantagem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – VALE TRANSPORTE

Em substituição ao vale transporte, a empresa concederá livre trânsito a todos os seus funcionários nos veículos de sua frota, somente ocupando os assentos se estiverem vagos, reservando-os para os passageiros que pagam passagens, para os fins específicos de se deslocarem de suas residências ao trabalho e do trabalho às suas residências, sem caráter salarial, estando ou não uniformizados, desde que apresentem seus crachás de identificação funcional.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – VALE TRANSPORTE

A empresa manterá convênio, com as empresas Cidade Verde Transporte Rodoviário Ltda., concessionária do transporte coletivo metropolitano, situado nas cidades de Sarandí e Paichandú, Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda, concessionária do transporte coletivo urbano, situada na cidade de Maringá, para os fins específicos de conceder transporte nos veículos de suas frotas, aos empregados da empresa Expresso Maringá Ltda, lotados na matriz de Maringá, que exercem a função de motorista e cobrador, para se deslocarem de suas residências ao trabalho e do trabalho às suas residências, somente ocupando os assentos se estiverem vagos, reservando-os para os passageiros que pagam passagens, estando os mesmos devidamente uniformizados e de posse do crachá de identificação funcional, cuja

apresentação é obrigatória, benefício este que as partes convencionam substituir o vale transporte.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aos empregados de outras funções, quando não exigido o uso de uniformes, será, igualmente, concedido o mesmo benefício previsto no caput desta cláusula, para os mesmos fins, porém, são obrigados a apresentarem seus crachás de identificação funcional, para fazer uso do benefício.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os empregados ficam obrigados a zelar pelo bom uso e conservação de seus crachás de identificação profissional, e em caso de mau uso, reserva-se a empresa o direito de aplicação das sanções previstas em lei, e em caso de extravio, o direito de descontar do empregado, quer seja em folha de pagamento ou em rescisão de contrato de trabalho, o equivalente a R\$ 30,00 (trinta reais).

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – UNIFORME

A empresa concederá gratuitamente a seus empregados, motoristas e demais funcionários da área operacional, no primeiro ano de serviço prestado, 04 (quatro) camisas, 03 (três) calças e 01 (uma) gravata, a título de uniforme, cujo padrão é de conhecimento das partes. A partir do segundo ano de prestação de serviços à empresa, serão concedidos gratuitamente 03 (três) camisas, 02 (duas) calças e 01 (uma) gravata, cujo uso será obrigatório, quando em serviço e por isso não têm cunho ou natureza salarial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Aos novos empregados admitidos, no curso do contrato de experiência, será concedido a título de uniformes, 02 (duas) calças, 03 (três) camisas e 01 (uma) gravata.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em havendo rescisão contratual dentro do período experimental, por iniciativa de quaisquer das partes, o empregado devolverá todos os jogos de uniforme concedidos na admissão, sob pena de ressarcir à empresa o valor equivalente, nas verbas rescisórias.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Ocorrendo a rescisão contratual fora do período experimental, deverá o empregado devolver o último jogo recebido (calça, camisa e gravata), sob pena de, igualmente, ressarcir à empresa o valor equivalente, nas verbas rescisórias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – SEGURO DE VIDA

A empresa instituirá, em favor de seus empregados, seguro de vida, fixando-se o capital, em caso de morte natural, no equivalente a 20 (vinte) pisos salariais do segurado e em caso de morte acidental, no equivalente a 40 (quarenta) pisos salariais, limitado ao teto de cobertura previsto na apólice.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica expressamente acordado que o empregado arcará com 30% (trinta por cento) do custo mensal do seguro, consignado no caput da presente cláusula, cujo desconto será efetivado nas folhas de pagamentos mensais e na ocorrência de rescisão de contrato de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DESCONTOS

Nos termos do parágrafo 1º do art. 462 da CLT, poderá a empresa descontar de seus empregados em folha de pagamento ou na rescisão de contrato de trabalho, os valores corres-

G

pondentes aos danos causados contra seu patrimônio ou de terceiros, por sua conduta culposa ou dolosa, devidamente apurada administrativamente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Além dos descontos previstos no caput desta cláusula, faculta-se à empresa, nos termos do Enunciado 342 do TST, efetuar descontos na folha de pagamento ou no termo de rescisão de contrato de trabalho dos empregados, das parcelas relativas a mensalidades destinadas à manutenção da associação dos empregados, empréstimos e débitos de convênios mantidos com a Associação dos empregados, ou diretamente com a empresa, tais como exemplificadamente e não exaustivamente: supermercados, farmácias, livrarias, açougues, sacolão, postos de combustíveis, loja de calçados, loja de materiais esportivos, seguro de vida em grupo, mensalidade dos planos de saúde Unimed e Santa Casa Saúde, convênios médico/hospitalar, inclusive os mantidos pelo Sindicato, multas por infrações do Código Brasileiro de Trânsito, taxa de reversão salarial, mensalidade para custeio do Sindicato/ASTROPAR (Associação dos Trabalhadores em Transporte do Estado do Paraná), e outros convênios que venham a beneficiar os empregados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Nos termos da lei 10.820 de 17 de dezembro de 2003, ficam autorizados os descontos em folhas de pagamentos, dos financiamentos e operações de arrendamentos mercantis, concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, aos empregados e sem que se haja nestes descontos solicitados, qualquer responsabilidade subsidiária ou solidária da empresa, ao empregado ou à instituição financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – RESCISÃO DO CONTRATO

Os salários e as verbas oriundas da rescisão contratual deverão ser pagos conforme o disposto no § 6º do art. 477 da CLT. O não comparecimento do empregado na data apazada para o recebimento das referidas verbas, eximirá a empresa do pagamento da multa prevista no § 8º do mesmo artigo, ficando, porém, a empresa compromissada a comunicar o fato de imediato ao sindicato de sua base territorial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – MULTA DE TRÂNSITO

A empresa comunicará ao seu empregado a ocorrência de notificação de trânsito, quando pelo mesmo praticada, no exercício de sua atividade laboral, apresentando-lhe a respectiva notificação e dele colhendo ciente, a fim de que o mesmo possa solicitar documentos, sempre por escrito e contra recibo, e interpor o recurso, em lei previsto, podendo a empregadora subsidiá-lo a tanto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na ocorrência de notificação de infração de trânsito praticada pelo empregado no exercício de suas funções a empresa providenciará a apresentação do condutor que deverá firmar o formulário de identificação e fornecer os dados e documentos, na forma estabelecida na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica autorizado o desconto salarial dos valores decorrente de multa de trânsito, em uma única vez ou parcelado, após o decurso do prazo a interposição de recurso administrativo pelo empregado, e desde que esta circunstância tenha sido prevista no contrato de trabalho conforme § 1º do Art. 462 da CLT.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em havendo recusa do empregado em assinar o formulário correspondente à identificação do condutor do veículo, este ficará ciente de que o valor da multa a ser cobrada, no seu vencimento e sem apresentação de recurso, será de forma dobrada.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese da rescisão do contrato de trabalho, por qualquer motivo, estando pendente recurso administrativo, fica autorizado o desconto do valor da multa, no documento de rescisão contratual, certo que, em havendo a desconstituição da infração, em sede administrativa ou judicial, ao empregado será devolvido o valor descontado, sendo de sua responsabilidade o pedido de restituição do referido valor no departamento de pessoal da empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – AUXILIO FUNERAL

A empresa custeará as despesas decorrentes do funeral dos filhos dos empregados, limitado a 03 (três) salários mínimos, quando declarados em sua CTPS que vivam sob sua dependência econômica, até a idade máxima de 18 (dezoito) anos. O limite de idade poderá ser estendido, quando ficar comprovada a invalidez.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADOS PARA OUTRAS LOCALIDADES

Nos termos do parágrafo 1º do art. 469 da CLT, faculta-se à empresa a transferência do funcionário para localidade diversa da que resultar do contrato, quando esta decorra da real necessidade ou por extinção do serviço ou da filial naquela localidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: As eventuais substituições temporárias de funcionários em outras localidades, para cobrir férias, folgas ou outras emergências, face às características dos serviços prestados, não obrigam a empresa ao pagamento adicional previsto no parágrafo 3º, do art. 469 da CLT, em face de que as partes acordantes reconhecem que tal situação não configura a transferência de domicílio.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – REPOUSO S. REMUNERADO

A empresa concederá o repouso semanal remunerado aos funcionários, preferencialmente, no local onde foi contratado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – OUTRAS CONV. / ACORDOS

Ajusta-se entre os sindicatos aqui denominados, que as Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho, celebrados por eles isoladamente ou em conjunto com outros sindicatos profissionais, com o Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná, RODOPAR, Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Passageiros Intermunicipais, Interestaduais e Internacionais de Maringá, (RODOMAR), Federação dos Trabalhadores nas Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Paraná (FETROPASSAGEIROS) ou outros Sindicatos Patronais da mesma categoria econômica, aplicável ao Transporte Rodoviário e Metropolitano não são extensíveis e nem obrigam a empresa Expresso Maringá Ltda, a cumprir suas regras, em virtude do presente Acordo Coletivo de aplicação específica às partes signatárias.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – ATESTADOS MÉDICOS

Os atestados médicos fornecidos por médicos do SUS, de empresas privadas especializadas, instituições públicas e sindicatos, que mantenham contrato e/ou convênios com a Previdência Social, com objetivo de justificar faltas ao serviço por doenças até 15 (quinze) dias, devem atender aos seguintes requisitos:

- a) constar o tempo de afastamento concedido ao segurado, por extenso e numericamente;

G

- b) conter a assinatura do médico sobre carimbo, no qual conste o nome completo e registro no respectivo conselho profissional;
- c) as datas de atendimento, início da dispensa e emissão do atestado não poderão ser retroativas e deverão ser coincidentes.

PARÁGRAFO ÚNICO – Face à existência do SESMT (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho) na empresa, os atestados médicos apresentados, em atendimento aos requisitos previstos no caput desta cláusula, passarão pelo crivo do Médico do Trabalho da empresa, para análise e aceitação ou não do mesmo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Nos termos da Portaria do Mtb nº 3.281, de 07/12/84, faculta-se à empresa efetuar pagamentos de salários e outros valores devidos aos empregados por intermédio de depósito em conta bancária, que será efetuado em conta individualizada a seu favor, ficando livre o saque, quer seja nos caixas durante o período de atendimento das agências, ou nos caixas eletrônicos em qualquer horário através do cartão magnético.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – EXAME DEMISSIONAL

Nos termos do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO, NR 7 do Mtb, itens 7.4.3.5 e 7.4.3.5.2, fica acordado entre as partes, a prorrogação do prazo de dispensa da realização do exame médico demissional de 90 dias para até 180 dias, após a data da realização do último exame médico periódico ou de retorno às atividades, em caso de afastamento por auxílio doença.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – FÉRIAS PROPORCIONAIS

Nas demissões voluntárias a pedido dos empregados, mesmo que não tenham completado um ano de serviço, a empresa concederá o benefício das férias proporcionais, acrescidas de 1/3 (um terço).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – MONITOR TREINAMENTO

Os empregados que se habilitarem na condição de monitor de treinamento, na empresa, quando convocados, poderão exercer suas atividades, ora como multiplicador de informações, ora no exercício de sua função de origem, de acordo com as necessidades da empresa, sem a caracterização de exercício de dupla função, mesmo na condição de prestação de serviços para outras empresas do mesmo grupo econômico.

PARÁGRAFO ÚNICO: Por iniciativa de quaisquer das partes, o monitor de treinamento poderá retornar a exercer somente a função de origem, sem que haja qualquer vantagem a ser sustentada pela empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FUNDO ASSISTENCIAL

Durante a vigência do presente acordo coletivo, a partir do mês de junho de 2010, a empresa contribuirá, mensalmente, com o equivalente a 2% (dois por cento) do salário contratual de todos os empregados, associados ou não ao sindicato, excluídas, portanto, todas e quaisquer outras parcelas componentes da contraprestação, sendo que 1,0% (um por cento) será destinado a federação FETROPASSAGEIROS e 1,0% (um por cento) aos Sindicatos Profissionais das respectivas bases territoriais.

15

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A presente cláusula resulta da vontade coletiva expressada na assembléia geral da categoria profissional realizada no mês de novembro de 2008, além de ser comunicada através de edital e de boletim específico a todos os trabalhadores.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os recursos serão arrecadados mediante cobrança bancária e movimentados através da conta corrente na entidade sindical profissional, sendo a arrecadação e aplicação desses recursos devidamente contabilizados e submetidos à análise e aprovação do conselho fiscal e das assembléias de prestação de contas da entidade e com publicação obrigatória do balanço geral contábil no diário oficial do estado ou em jornal de circulação na base territorial do sindicato profissional.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Todos os recursos arrecadados com base nesta cláusula serão aplicados na formação profissional dos membros da categoria, manutenção da estrutura operacional, em serviços assistenciais da entidade sindical profissional.

PARÁGRAFO QUARTO: Em observância a convenção 98 da OIT, nenhuma interferência ou intervenção da empresa será admitida nas deliberações e serviços da entidade sindical profissional, assim como na aplicação dos referidos recursos financeiros originados desta cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO: O sindicato profissional encaminhará com a necessária antecedência a ficha de compensação bancária destinada ao recolhimento referido na cláusula, cabendo a empresa proceder ao recolhimento até o dia 15 (quinze) posterior a data do pagamento dos salários e remeter a relação de empregados associados e não associados do sindicato que originou o valor recolhido, com detalhamento do nome, função e remuneração respectiva de cada empregado, sob pena de multa de 2% (dois por cento).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

A empresa descontará na rubrica contribuição assistencial, conforme decisão das respectivas assembléias gerais dos sindicatos profissionais, na folha de agosto/2010, o equivalente a 1 (um) dia da remuneração de cada trabalhador, abrangido por este acordo, associado ou não ao sindicato, conforme assembléia da categoria realizada no mês de novembro de 2009.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As contribuições deverão ser recolhidas ao sindicato beneficiário, conforme respectiva base territorial, até o quinto dia útil posterior ao do legalmente considerado para o pagamento do salário mensal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Comprometem-se os sindicatos a remeterem às empresas, as guias próprias, para o recolhimento especificado na presente cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Aos admitidos após a data-base caberá a empresa proceder ao referido desconto no segundo mês da vigência do contrato de trabalho, no valor correspondente a 01 (um) dia da remuneração, remetendo-o ao sindicato profissional respectivo conforme base territorial até 05 (cinco) dias após a data do primeiro pagamento salarial.

PARÁGRAFO QUARTO: Em caso de não recolhimento no prazo, caberá a empresa no pagamento de uma multa no valor de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela em atraso, calculando-se sobre o salário vigente na época do pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica estabelecido o direito de oposição dos trabalhadores não associados, na forma da MEMO CIRCULAR SRT/MTE n. 04 de 20/01/2006, a seguir transcrita: Para exercer o direito de oposição o trabalhador deverá apresentar no sindicato, carta escrita de próprio punho no prazo de 10 (dez) dias, antes do primeiro pagamento e após o depósito do instrumento coletivo do trabalho da Superintendência do Ministério do Trabalho e Emprego no estado do Paraná, e divulgação do referido instrumento pelo sindicato profissional. Havendo recusa do sindicato em receber a carta de oposição, esta poderá ser remetida pelo correio com aviso de recebimento.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – JORNADA DO MENOR

Nos termos do art. 413, inciso I, da CLT, fica autorizada a prorrogação da jornada de trabalho do menor, desde que o excesso de horas de um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – PRORROGAÇÃO

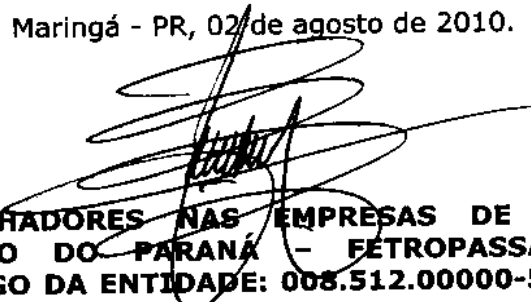
A prorrogação, revisão total ou parcial dos dispositivos do presente acordo será processada na forma estabelecida em lei, ficando, porém, estabelecido que 60 (sessenta) dias antes do término do presente as partes iniciarão as negociações para eventual renovação.

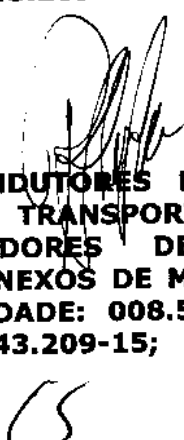
CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – COMPETÊNCIA DE FORO

Os casos omissos e controvérsias decorrentes da aplicação do presente acordo serão preliminarmente resolvidos entre as partes signatárias, com seus representantes legais e na impossibilidade de uma solução, necessitando de interferência judicial, elegem de comum acordo o foro desta comarca de Maringá, com renúncia expressa aos demais por mais privilegiados que sejam.

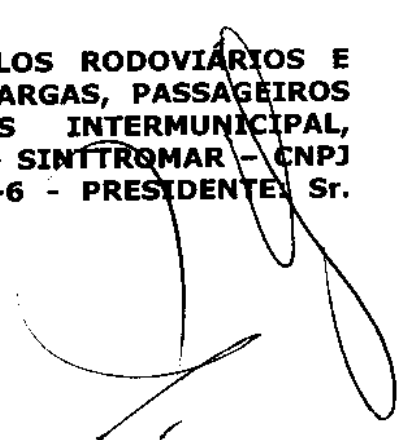
E, por estarem justos e acordados, firmam o presente acordo em 06 (seis) vias de igual teor e forma, devendo ser encaminhadas ao órgão competente para homologação e registro.

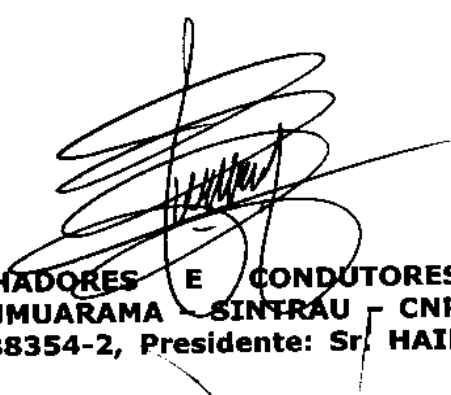
Maringá - PR, 02 de agosto de 2010.


FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO PARANÁ – FETROPASSEIROS – CNPJ: 01.665.570/0001-63, CÓDIGO DA ENTIDADE: 008.512.00000-5 - PRESIDENTE: Sr. RONALDO JOSÉ DA SILVA, CPF: 240.343.209-15.

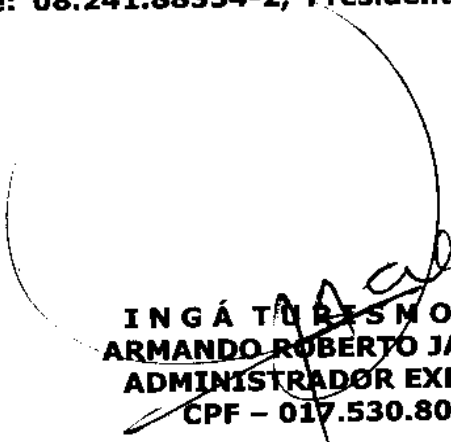

SINDICATO DOS MOTORISTAS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS, PASSAGEIROS URBANOS, MOTORISTAS, COBRADORES DE LINHAS INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E DE TURISMO E ANEXOS DE MARINGÁ – SINTRQMAR – CNPJ 79.147.450/0001-61, CODIGO ENTIDADE: 008.512.88229-6 - PRESIDENTE: Sr. RONALDO JOSÉ DA SILVA, CPF: 240.343.209-15;








**SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES EM TRANSPORTES
RODOVIÁRIOS E ANEXO DE UMUARAMA - SINTRAU - CNPJ 80.891.708/0001-19,
Código da entidade: 08.241.88354-2, Presidente: Sr. HAILTON GONÇALVES, CPF:
019715599-54**



**INGÁ TURISMO LTDA
ARMANDO ROBERTO JACOMELLI
ADMINISTRADOR EXECUTIVO
CPF - 017.530.808-00**



**JOÃO GALDINO GOMES GONÇALVES
ADVOGADO - OAB 9229 - PR
CIC 115.181.908-53**